



A PRÁTICA PEDAGÓGICA SOB A PERSPECTIVA TRANSPERTINENTE DA ORIENTAÇÃO E EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

Autor (1): Aristeia Candeia de Melo; Co-autor (1); Aretuza Candeia de Melo

- (1) Mestre em Gestão Educacional da Universidade Internacional de Lisboa. Fundação Francisco Mascarenhas. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos-PB. Professora das Faculdades Integradas de Patos-PB, lecionando nos Cursos de Enfermagem, Biomedicina, Radiologia, Jornalismo e Pedagogia. Tutora do Curso de Bacharelado em Enfermagem. E-mail: teiacmfip@gmail.com
- (2) Doutora em Recursos Naturais pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN) da Universidade Federal de Campina Grande/PB. Mestre em Teoria da Região e Regionalização pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – Recife/PE. Graduada em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos/PB. Professora Titular do Centro de Educação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - Campus I - Campina Grande/PB. E-mail: tuzacm@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como finalidade destacar a importância da Orientação Sexual na perspectiva da Educação Sexual sob a ótica das práticas pedagógicas transpertinentes fomentadas a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) nas escolas, na modalidade de um público composto de crianças e adolescentes. Por esse meio, acredita-se que é possível encontrar alguns elementos que podem ampliar a compreensão do saber e do fazer docentes-escola-alunos-pais no tocante a abordagem da sexualidade nas escolas. Trabalhar na escola os conhecimentos atuais básicos sobre saúde, principalmente aqueles relacionados à sexualidade na fase da adolescência, é de suma importância, o nível de ensino em que se encontram as crianças em fase de maturação para a adolescência que estão à procura de uma identificação e da busca de respostas para a transformação de seu próprio corpo e sua opção sexual no decorrer da vida, durante estas fases.

Palavras chave: Orientação; Sexual; Práticas; Pedagógicas; PCN.

Introdução

A discussão sobre a prática pedagógica fomentada na transpertinentidade da orientação e educação sexual nas escolas, justifica-se a partir da inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de ensino fundamental e médio, e em especial naquelas no qual estes autores não atingiram a sua maioria.

Portanto, como se pode observar, no Brasil tem se intensificado a partir da década de 1990 uma transpertinente da orientação e educação sexual nas escolas com base Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por

ser considerada importante na formação geral das crianças e adolescentes.

Com diferentes enfoques e ênfases há registros de discussões e de trabalhos em escolas desde a década de 1920. A retomada contemporânea dessa questão deu-se juntamente com os movimentos sociais que se propunham, com a abertura política, a repensar sobre o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados. Mesmo assim não foram muitas as iniciativas tanto na rede pública como na rede privada de ensino (PNUD/UNESCO/FNDE, 1995).

Esse trabalho teve como objetivo expor a importância do trabalho da prática pedagógica sob a perspectiva transpertinente da



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

orientação e educação sexual nas escolas, direcionado aos alunos do ensino fundamental e médio. Como ressaltam Aquino e Martelli (2012) apud Souza (1999), não temos o anseio de retirar das famílias e dos responsáveis pelas crianças o direito e o dever da educação sexual, uma vez que é no ambiente familiar que a criança adquire os primeiros conceitos “sobre seu corpo, sua identidade, seu papel, o que é permitido ou desaconselhável na sociedade em que vive (SOUZA, 1999).

Metodologia

Quanto ao procedimento metodológico utilizado neste trabalho consiste do método fenomenológico de Husserl (1965). No qual este afirma a importância dos fenômenos da consciência, os quais devem ser estudados em si mesmos, tudo que podemos saber do ser humano resume-se a esse método.

A esses objetos ideais que existem na mente, cada um designado por uma palavra que representa a sua essência, sua "significação". Os objetos da Fenomenologia são dados absolutos apreendidos em intuição pura, com o propósito de descobrir estruturas essenciais dos atos (noesis) e as entidades objetivas que correspondem a elas (noema) (HUSSERL, 1965).

É importante registrar a partir da aplicação do método fenomenológico, que a temática trabalhada “Propostas Pedagógicas sob a Perspectiva Transpertenentes da Orientação e Educação Sexual nas Escolas,

tenham um desempenho mais voltado para a formação integral do homem; neste caso em especial as crianças e adolescentes que se encontram na fase da descoberta da sexualidade.

Os referidos parâmetros cita Nunes (2000, p. 65), justificam a transversalidade do que chamam “Orientação Sexual”, pelas ligações transpertenentes dos temas da sexualidade humana com diversas áreas do conhecimento e, por consequência com a prática pedagógica educativa.

Com efeito, os PCN destacam duas formas gerais de organização dos trabalhos práticos pedagógicos: *o trabalho de Orientação Sexual deverá, portanto, se dá de duas formas: dentro da programação, por meio de conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo e extra programação sempre surgirem questões relacionadas ao tema (BRASIL/PCN/MEC, 1997, p. 129).*

Resultados e Discussão

As práticas pedagógicas vêm sendo reformuladas e a orientação sexual introduzida, com o objetivo de estimular a reflexão dos educadores acerca do seu papel quanto às questões sexuais, dos pais em relação à educação dada em casa e dos alunos (educandos), quanto a sua inexperiência e curiosidade. Discutir sexualidade na escola



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

torna-se fundamental para que os educandos se sintam mais seguros e confiantes em suas vivências a partir do confronto de ideias e troca de experiências (SILVA, 2002).

As expressões de sexualidade estão presentes no cotidiano escolar na determinação de comportamentos diferenciados para meninos e meninas quanto ao modo de sentar-se, vestir-se e por meio de brincadeiras. No entanto, os professores ainda se sentem constrangidos para trabalhar a temática. Sendo um tema que floresce e se manifesta cotidianamente, evitar falar, por parte da família e da escola, provoca maior fixação nos adolescentes de um modo geral.

O que se observa é que as escolas não se configuram como espaços onde os educandos têm liberdade para expressar desejos, sentimentos e condutas relativas à vivência da sexualidade, baseados no respeito a si mesmo e aos outros, e nem proporciona informações necessárias para uma vivência sexual saudável e prazerosa.

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural,

do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo. Amplos o bastante para traduzir preocupações da sociedade brasileira de hoje, os Temas Transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana. O desafio que se apresenta para as escolas é o de abrir-se para o seu debate (BRASIL, 1997).

Muitas questões sociais poderiam ser eleitas como temas transversais para o trabalho escolar, uma vez que o que os norteia, a construção da cidadania e a democracia, são questões que envolvem múltiplos aspectos e diferentes dimensões da vida social. Foram então estabelecidos os seguintes critérios para defini-los e escolhê-los: urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e favorecer a compreensão da realidade e a participação social.

Segundo os PCN (Temas Transversais), ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Englobam as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro.

A orientação sexual, como um dos temas transversais, deve perpassar toda a concepção e estruturação do ensino fundamental e médio. A inclusão da sexualidade como tema transversal, proposto para educação brasileira, é produto de uma longa luta de educadores, entre percalços e conquistas para ver este tema presente nas abordagens curriculares formais e institucionais da escola.

Desde os anos de 1930, com iniciativas singulares, passando pela luta ampla travada em muitos estados e municípios durante a década de 1980, o tema de educação sexual estivera sempre presente como reivindicação de educadores esclarecidos e pais sensibilizados com a importância que a sexualidade assumia na sociedade contemporânea e na cultura e realidade brasileira a presença temática da sexualidade como tema transversal é uma conquista (NUNES, 2000).

Trabalhar na escola os conhecimentos atuais básicos sobre saúde, principalmente aqueles relacionados à sexualidade na fase da adolescência, é de suma importância, o nível de ensino em que se encontram as crianças em fase de transformação para a adolescência e adolescentes que estão à procura de uma identificação e da busca de respostas para a transformação de seu próprio corpo. Apesar dessa realidade, muitos são os adolescentes que não encontram na família, nem na escola as orientações necessárias para seus questionamentos. A escola, quando trata do assunto o faz através de ensino tradicional, voltada para a absorção de conteúdos já estabelecidos e banalizando o tema da sexualidade como processo educativo.

No Brasil, onde a orientação sexual é incipiente, imensos são os tabus com relação à sexualidade (CHAUI, 1987). Diante dessa constatação, necessário se faz operar mudanças no programa das escolas para que possam atuar junto aos alunos, família, professores e comunidade com informações capazes de responder aos anseios desses adolescentes, possibilitando à mudança de visão e de comportamento da sociedade no tocante a questão da sexualidade na adolescência (FOUCAULT, 1993).

No trabalho de orientação sexual é necessário envolver os pais, pois cabe a eles autorizar seus filhos a participar desse



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

trabalho, pois de modo geral, os pais querem delegar à escola a educação sexual dos filhos. Apenas uma parcela mínima dos responsáveis não quer que seus filhos participem desse trabalho. Um primeiro passo é deixar muito claro o papel da escola em orientação sexual, não cabendo à mesma ditar o que é certo e errado, e sim, criar um espaço para os jovens pensarem, discutirem e informarem-se sobre a sexualidade, reverem seus valores e tirarem suas dúvidas que geram ansiedade.

A orientação sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes dizem respeito à possibilidade de que homens e mulheres tomem decisões sobre sua fertilidade, saúde reprodutiva e criação de filhos, tendo acesso as informações e aos recursos necessários para implementar suas decisões. Esse exercício depende da urgência de políticas públicas que atendam estes direitos (PCN, 1997, p.293).

Os PCN, além de ressaltarem a importância do conhecimento teórico sobre a temática da sexualidade, reconhecem que a consciência sobre os valores, as crenças, as opiniões e os sentimentos a ela associados, representam um aspecto fundamental para o desenvolvimento de uma postura ética do professor na sua atuação com os alunos, e a relação dos pais com seus filhos na questão da

sexualidade. Deve-se deixar claro que a orientação sexual proposta pelos PCN não substitui a educação sexual dada pela família. Mas a escola deve propiciar informações e discussões de atitudes e valores sobre o corpo, diferenças biológicas e culturais entre os sexos, esclarecimentos sobre a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, formas de prevenção e outros temas significativos para cada comunidade escolar.

A abordagem da sexualidade na escola envolve questões como a ética, a moral, a religião, os tabus, a relações de poder e de gênero, identidades e práticas sexuais. Esses elementos vêm, historicamente, sendo refletidos na prática pedagógica, de forma oculta ou explícita, através dos conteúdos de disciplinas, livros didáticos, da postura do professor. Em outras palavras, tanto pelo silêncio, quanto pelo debate aberto, os professores, através de suas falas, atitudes e gestos, veiculam concepções sobre a sexualidade, o que os tornam sujeitos sociais responsáveis pela produção e transmissão de conceitos, símbolos, juízos e imagens que estão vinculadas a sexualidade.

Neste sentido, embora a sexualidade comporte aspectos biológicos, considerados como componentes naturais, de forma mais intensa ela envolve fantasias, linguagens, convenções, ou seja, processos eminentemente culturais e plurais que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

dimensionam o modo como a sexualidade é construída, como se manifesta socialmente, sendo, no âmbito escolar, condutores da ação pedagógica.

De acordo com os PCN (op.cit), com a inclusão da educação sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, “o ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura.

Diante do crescimento alarmante da gravidez indesejada na adolescência e as descobertas de riscos de contaminação, entre jovens, pelo HIV/AIDS, na década de 1980, os educadores aumentaram um pouco mais suas iniciativas por um trabalho na área da sexualidade nas escolas. Temas relacionados à temática sexualidade, os alunos, na maioria professores do ensino fundamental, mal conseguem discutir assuntos como gravidez, virgindade, aborto, masturbação, parafilias como sadomasoquismo, voyeurismo, pedofilias, homossexualidade e outros.

Muitas vezes, não têm o mínimo conhecimento sobre vários destes temas e demonstram, até certa ignorância e extrema curiosidade sobre alguns deles. Ao serem

indagados como convivem no seu dia a dia com as dúvidas e questionamentos dos seus alunos, os mesmos falam que quando não era possível escamotear as indagações dos alunos sobre essas manifestações da sexualidade, enfatizavam os aspectos anatômicos e fisiológicos dos aparelhos reprodutores masculinos e femininos ou adotavam a postura de conselheiros, tentando normalizar ou mobilizar o comportamento dos alunos.

Vale salientar que os mesmos afirmaram que essa ação pedagógica não se realizava com tranquilidade. Ao contrário, era incômoda e difícil. Isso demonstra que ainda hoje os professores não se sentem preparados, ou não se sentem à vontade para expor seus conhecimentos, concepções, convicções e valores sobre a sexualidade, o que origina a veiculação de informações pseudocientíficas, impregnadas de moralismo e preconceitos a respeito desse tema. Em síntese, presume-se que, assim como os alunos, os professores e os pais necessitavam debater suas dúvidas e angústias, refletir sobre seus valores e conflitos, questionar seus tabus e preconceitos a respeito da sexualidade.

Mediante essa suposição, passou-se a encarar a reticência dos objetivos traçados para a orientação sexual, presentes na proposta curricular dos PCN. Entendendo que o currículo tradicional há muito requeria uma reformulação, haja vista a carência de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

algumas áreas do conhecimento, altamente necessárias para o desenvolvimento de uma formação integradora, como é o caso da sexualidade.

Claro que a orientação sexual aglutina questões fundamentais, que correspondem aos interesses e necessidades dos jovens, inserindo, na prática pedagógica escolar, uma ação crítica, reflexiva e educativa no trato das questões sociais. Entretanto, até onde foi possível perceber, os procedimentos adotados na prática escolar, com relação aos conteúdos de ordem sexual, apontavam para uma outra realidade, sendo pouco provável que se efetive uma abordagem de sexualidade não diretiva, destituída de uma visão biológica que promova o questionamento e a livre possibilidade de escolha dos alunos, tal como pressupõe os objetivos delineados nos PCN, para a orientação sexual.

O debate sobre a sexualidade no espaço escolar deve propiciar a discussão de normas e padrões de comportamento em relação ao sexo, o questionamento das atitudes pessoais dos adolescentes, frente à própria sexualidade. No entanto, como cita Louro (1997), são evidentes as dificuldades de educadores e educadoras, mães e pais em associar a sexualidade ao prazer e a vida. Parece mais fácil exercer uma função de sentinela, sempre atentos à ameaça dos perigos, dos abusos ou dos problemas (...).

Os adultos (professores) se resguardam da discussão os afetos, os desejos, os rituais, as fantasias e procuram manter a sexualidade, sempre que possível, sob um enfoque estritamente informativo e “científico”, isto é, biológico. Barradas por esses limites muitas das inquietações e dúvidas que mobilizam crianças e adolescentes deixam de ser expressadas e só podem ser completas no interior de seus próprios grupos. As dificuldades dos adultos em lidar com a própria sexualidade acabam reduzindo uma muralha de constrangimento e omissão.

Essa análise é preocupante, pois pressupõe que a falta de preparo dos docentes e dos pais, respectivamente, para abordar a sexualidade com alunos e filhos, torne vulnerável a eficácia da orientação sexual. Desse modo, corre-se o sério risco de vê-la transformada em terapia de grupo, abordagem religiosa, ou até mesmo, formas de reprodução de preconceito e concepções de senso comum, entre outros ecletismos e improvisação (SOUZA, 2000).

Essas reflexões embasaram a ideia de se desenvolver um trabalho acadêmico de pesquisa que levasse em conta o levantamento das concepções dos pais, docentes e alunos sobre a importância de implantação do projeto de orientação sexual na escola. A relação estabelecida entre educador e educando,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

escola e pais constitui um processo de influência social do primeiro em relação ao segundo e do terceiro em relação ao quarto, que pode determinar, mesmo de modo implícito, a construção de percepções, atitudes, ideias e valores, formando assim uma relação de informação e formação do indivíduo como cidadão integral.

Neste sentido, a atuação dos professores interfere na transmissão de informação e, conseqüentemente, na formação dos alunos, das mais variadas formas, deixando sempre bem claro que o trabalho da educação sexual é dado inicialmente pelos pais, não cabendo à escola ocupar esse espaço.

Na escola, entretanto, o aluno vai receber do professor-orientador encaminhamentos para uma vida mais saudável e segura, visto que o professor mantém com os educandos uma interação social e efetiva, de forma mais intensa e frequente, que o torna, a princípio, bem mais próximo das demandas que estão relacionadas aos interesses, dúvidas, questionamentos e problemas dos mesmos, em vários aspectos, entre os quais o da sexualidade.

Conclusão

Finalmente pode-se afirmar que a implantação de orientação sexual nas escolas contribui para o bem-estar das crianças e dos

jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura (PNUD/UNESCO/FNDE, 1995). É dentro desse contexto sobre a problemática entre a sexualidade, adolescência e sociedade, que se busca, com esse trabalho, discutir a questão da implantação de práticas pedagógicas relacionado à questão da orientação sexual nas escolas de acordo com os PCN.

Além de discutir a problemática de sexualidade na escola com o intuito de contribuir para uma análise do papel do professor, da escola, dos pais, e dos alunos no encaminhamento dos assuntos ligados a essa temática, buscando assim, abrir um caminho que leve o jovem adolescente a assumir a sua sexualidade com responsabilidade, pautado em conhecimentos científicos que o auxiliará a evitar doenças como DST, AIDS, gravidez precoce, etc.

Apesar dessa realidade, muitos são os adolescentes que não encontram na família, nem na escola as orientações necessárias para seus questionamentos. A escola, quando trata do assunto o faz através de ensino tradicional, voltada para a absorção de conteúdos já estabelecidos e banalizando o tema da sexualidade como processo de uma prática pedagógica educativa na perspectiva da transpertinente da orientação e educação sexual nas escolas.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Referências

AQUINO, C. & MARTELLI, A. C. Escola e Educação Sexual: uma relação necessária. *Anais. IX Seminário de Pesquisa da Região Sul*. UNIOESTE: 2012.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Vol. I)*. Brasília: SEF, 1997.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Vol. X)*. Brasília: SEF, 1997.

CHAUI, M. *Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HUSSERL E. *A Filosofia como Ciência do Rigor*. Coimbra: Atlântica, 1965.

LOURO, G. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis : Vozes, 1997.

NUNES, C. A. *Desvendando a Sexualidade*. Campinas: Papyrus, 2000.

PNUD/UNESCO/FNDE. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. *Orientação Educacional. 1ª Parte*. Brasília-DF, 1995.

SILVA, T. M. A Sexualidade do Adolescente em Questão. *Dissertação*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2002.

SOUZA, M. C. Sexo é uma coisa natural? A contribuição da psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: AQUINO, J. (Org.). *Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 2000.

SOUZA, H. P. *Orientação Sexual: conscientização, necessidade e realidade*. Curitiba: Juruá. 1999.